



Não perca tempo

**Acesse tudo sobre empresas da B3 em um só lugar! Recomendação de analistas, preço-alvo, indicadores, notícias exclusivas e gráficos - tudo para você tomar decisões de investimento**

**Comece já! →**

PUBLICIDADE

TEMAS EM ALTA

**VIBRA DIZ 'NÃO'**

**KITKAT**

**BALANÇOS**

**PERFIN**

**PIPELINE**

## Acionistas da Petrobras vão analisar regra de indicações ao Conselho

Mercado vê possibilidade da volta de nomeações políticas; investidores também temem redução no pagamento de dividendos

Por Kariny Leal e Fábio Couto — Do Rio

29/11/2023 05h02 · Atualizado há 3 horas



Sergio Caetano Leite, diretor financeiro da Petrobras: proposta de criação de reserva pretende reforçar a previsibilidade de remuneração a acionistas — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A mudança nas regras para indicar membros da alta administração da **Petrobras** será um dos principais pontos analisados pelos acionistas da companhia na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) marcada para quinta-feira (30). A alteração faz parte da revisão do estatuto social da estatal, que será debatida no encontro juntamente com a possibilidade de se instituir uma reserva de remuneração. Os dois temas têm motivado críticas de parte do mercado, que vê risco de aumento na ingerência política do governo na companhia e a possibilidade de a **Petrobras** pagar menos dividendos aos acionistas.

Ao todo, 13 artigos do estatuto serão revistos. O documento foi atualizado pela última vez em 2020. Fonte ligada ao conselho da companhia disse ao **Valor** que o grupo não espera liminares que tentem impedir a realização da reunião. Outra fonte próxima da companhia diz que o governo tem votos para aprovar as propostas.

## Leia também:

---

**Petrobras rescinde contrato de venda da refinaria Lubnor; compradora diz que foi ‘surpreendida’**

---

**Walkiria Marchetti, diretora-executiva do Bradesco, antecipa aposentadoria e sai do banco**

---

PUBLICIDADE



**CHANEL**

SAIBA MAIS

As mudanças foram propostas em outubro dentro da estratégia do governo de ter mais influência na empresa. Cabe ao conselho decidir temas importantes, caso, por exemplo, dos projetos de investimento e do volume de dividendos pagos aos acionistas.

O Comitê de Minoritários da **Petrobras** (Comin) se manifestou contrário à exclusão, no estatuto, de trechos sobre indicações políticas. O parágrafo que pode ser retirado

reproduz trechos da Lei das Estatais (13.303/2016), cuja vigência foi suspensa em parte por liminar do então ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda que a diretoria da **Petrobras** tenha reforçado que a companhia continuará seguindo a Lei das Estatais, o próprio presidente da petroleira, Jean Paul Prates, admitiu que a comunicação sobre as mudanças poderia ter sido diferente. Em vídeo postado na rede social X (antigo Twitter) em 25 de outubro, Prates disse que as alterações da redação não significam mudanças na governança. “Entendemos até que poderíamos ter comunicado melhor a proposta, não pelo que foi feito, mas pelo impacto real, que neste caso é nulo.”

Em teleconferência com analistas sobre o plano estratégico 2024-2028, na segunda (27), o diretor de governança da estatal, Mario Spinelli, disse que a **Petrobras** continuará seguindo os requisitos da lei ao indicar nomes à administração.

“

# Entendemos que poderíamos ter comunicado melhor a proposta”

— Jean Paul Prates

Outro ponto a ser debatido é a possibilidade de criação de reserva de remuneração. O diretor financeiro da **Petrobras**, Sergio Caetano Leite, afirmou que a proposta de criação de reserva pretende reforçar a previsibilidade de remuneração a acionistas. Segundo ele, em teleconferência de resultados do terceiro trimestre, os valores que forem destinados à reserva servem para “equalizar” o provento.

Na semana passada, Leite disse que a **Petrobras** é diferente de outras empresas por ser uma companhia de commodities que paga dividendos com base no fluxo de caixa livre, e não no lucro líquido. Neste caso, pode haver descasamento eventual entre o fluxo de caixa e o lucro, o que pode comprometer o pagamento. Ele salientou que, caso aprovada, a reserva não afeta dividendos extraordinários - definidos após o fim do exercício. Em junho, a companhia alterou a política de dividendos, reduzindo o percentual de 60% do fluxo de caixa livre para 45%.

Para Fábio Coelho, presidente-executivo da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), o governo e a **Petrobras** têm demonstrado “afronta a investidores privados” e “ativismo estatal sem precedentes”, como se a companhia fosse uma “extensão de gabinetes ministeriais”, com decisões como a exclusão de trechos do estatuto que remetem à Lei das Estatais. Segundo ele, a falta de

independência da empresa tem se demonstrado em vários aspectos, gerando incertezas sobre a condução dos projetos.

Para ele, a **Petrobras** deveria retirar a revisão do estatuto da pauta da AGE, especialmente após o STF agendar para semana que vem o julgamento da liminar que suspende parcialmente a Lei das Estatais: “Na nossa visão, [os atos do governo] flertam com a interferência indevida. Os sinais emitidos pelo acionista controlador têm a dinâmica da institucionalização do retrocesso na companhia.”

[< Mais recente](#)

[Próxima >](#)

### Tudo sobre uma empresa

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento

**Conheça o Empresas 360**

**Agora o Valor Econômico está no WhatsApp!**

Siga nosso canal e receba as notícias mais importantes do dia! [CONHECER >](#)

PETROBRAS

**Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO